

**PROCESSO** - A. I. Nº 269354.0003/15-7  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - AGRO INDUSTRIAIS VALE DO SÃO FRANCISCO S/A. - AGROVALE  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JJF nº 0084-01/16  
**ORIGEM** - SAT/COPEC  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 23/01/2017

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO C/JF Nº 0312-11/16

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. LANÇAMENTO NA ESCRITA FORA DO PERÍODO EM QUE SE CONSTITUIU O DIREITO. O procedimento levado a efeito pelo contribuinte, que ensejou a autuação, não merece reparo, porquanto em conformidade com o quanto previsto nos Decretos 10.936/2008 e 14.254/2012. Com o acréscimo do § 4º ao art. 3º do Decreto nº 10.936/2008, por intermédio do Decreto nº 14.550/2013 (efeitos a partir de 20/06/2013), legitimou-se a utilização do crédito anteriormente estornado. Dispôs o referido parágrafo sobre a autorização aos beneficiários para manter os créditos fiscais escriturados no período de vigência da regra de estorno prevista no inciso V, e em dezembro de 2012 o inciso V estava em vigor. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício contra Decisão da 1ª JJF (Junta de Julgamento Fiscal; Acórdão nº 0084-01/16), que julgou Improcedente o Auto de Infração acima epigrafado, lavrado no dia 23/11/2015 para exigir ICMS no valor de R\$ 4.052.156,36, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, "a" da Lei nº 7.014/1996, sob a acusação de escrituração de saldo credor fora do período em que se configurou o direito ao uso do crédito.

Nas palavras do autuante:

*"conforme consta no Livro de Apuração de dezembro de 2012, observa-se o lançamento no valor de R\$ 4.052.156,36 (quatro milhões, cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos) a título de Estorno de Crédito, referente ao crédito fiscal oriundo do exercício de 2011 e devidamente registrado na escrituração fiscal, nos termos do Decreto no 10.936/2008.*

*Inusitadamente, em junho de 2013, o mesmo valor foi lançado como Outros Créditos, Código de Lançamento no Livro de Apuração do ICMS: 00235. Ou seja, o estorno efetuado em dezembro de 2012, foi anulado com o lançamento indevido, como Outros Créditos, efetuado em junho de 2013.*

*Conforme determina o art. 3º, inciso V do Decreto no 10.936/2008, o contribuinte deverá efetuar o estorno de crédito referente aos créditos fiscais não absorvidos até o final do exercício subsequente ao da sua escrituração. Esta regra foi revogada através do Decreto no 14.254/12, com efeitos a partir de 01/01/2013.*

*Extrai-se destes dispositivos que a manutenção desses créditos na escrita fiscal só será permitida a partir de 2013 em função dos efeitos do decreto revogatório. Ou seja, o estorno de dezembro de 2012 deveria ser mantido na escrituração fiscal deste mês a não mais ser anulado no exercício de 2013."*

A Junta de Julgamento Fiscal (JJF) apreciou a lide no dia 17/05/2016 e decidiu pela Improcedência por unanimidade (fls. 128 a 132), nos termos a seguir reproduzidos.

### "VOTO

*Este Auto de Infração acusa o contribuinte de ter escriturado crédito fiscal "fora do período em que se verificou a entrada da mercadoria, a aquisição de sua propriedade, a prestação do serviço por ele tomado, ou fora do*

*período em que se verificou ou configurou o direito à utilização do crédito” [sic].*

*Nota-se, de plano, que a autuação foi feita de forma inadequada, porém em seguida foi feito um adendo explicando o que de fato teria ocorrido: a autoridade fiscal estranhou o fato de o contribuinte ter estornado o crédito fiscal no valor de R\$ 4.052.156,36 em dezembro de 2012 e, “inusitadamente”, esse mesmo valor ter sido lançado como “outros créditos” em junho de 2013. O fiscal observa que, conforme determina o art. 3o, inciso V, do Decreto no 10.936/2008, o contribuinte deveria efetuar o estorno de crédito referente aos créditos fiscais não absorvidos até o final do exercício subsequente ao da sua escrituração, e que esta regra foi revogada através do Decreto no 14.254/12, com efeitos a partir de 01/01/13, concluindo que, de acordo com esses dispositivos, a manutenção de tais créditos só seria permitido a partir de 2013, em função dos efeitos do decreto revogatório, ou seja, o estorno de dezembro de 2012 não mais poderia ser anulado no exercício de 2013.*

*Fica evidente que o fiscal assim entendeu porque por ocasião da autuação ele não tinha conhecimento da existência do § 4o do art. 3o do Decreto no 10.936/08, acrescentado pelo Decreto no 14.550/13.*

*O contribuinte procedeu rigorosamente como prevê o referido Decreto no 10.936/08 em seu art. 3o, inciso V, e § 4o. A compreensão desse decreto requer atenção especial, pois ele regula um regime de tributação excepcional, fora das regras convencionais que disciplinam a lógica do regime normal de tributação.*

*O citado Decreto no 10.936/08 prevê nos arts. 1o e 2o a outorga de créditos fiscais de ICMS de acordo com os critérios ali estabelecidos, e, no art. 3o, dispõe que, para fazer jus àqueles créditos, o contribuinte deve atender, cumulativamente, às condições estipuladas nos incisos I a VIII, sendo que, dentre estes, importa analisar especificamente o inciso V, na redação vigente antes de sua revogação (redação dada pelo Decreto no 11.567/09), segundo o qual o contribuinte deveria fazer o estorno dos créditos não absorvidos até o final do exercício subsequente ao da sua escrituração. Traduzindo isso para o caso em questão: os créditos fiscais previstos naquele decreto escriturados em 2011 que não foram absorvidos até o final do exercício subsequente (2012) deveriam ser estornados, e então, seguindo exatamente o que o decreto previa, o contribuinte fez o estorno dos créditos em dezembro de 2012.*

*Esse inciso V foi revogado pelo Decreto no 14.254/12, com efeitos a partir de 01/01/13. Como os efeitos da revogação seriam para os fatos que ocorressem a partir de 01/01/13, o estorno feito em dezembro de 2012 implicaria a perda do crédito estornado. Ocorre que, mediante o acréscimo do § 4o ao art. 3o do Decreto no 10.936/08, através do Decreto no 14.550/13, de 19/06/13, o legislador fez ressuscitar o crédito que havia sido estornado, dispondo no citado § 4o que os contribuintes beneficiados nos termos daquele decreto ficavam autorizados a manter os créditos fiscais escriturados no período de vigência da regra de estorno prevista no inciso V. Ora, em dezembro de 2012 o inciso V estava em vigor. O inciso V previa o estorno. Logo, o § 4o autoriza que o crédito que havia sido estornado possa ser mantido. Eis a regra do citado § 4o:*

*“§ 4o Os contribuintes beneficiados nos termos deste Decreto ficam autorizados a manter os créditos fiscais escriturados no período de vigência da regra de estorno prevista no inciso V deste artigo, sendo que somente poderão ser utilizados pelo próprio contribuinte ou transferidos a terceiros para pagamento de débitos tributários lançados mediante auto de infração.”*

*Por conseguinte, o que a autoridade fiscal considerou uma situação inusitada é de fato inusitada, porém está prevista na legislação.*

*Como se trata de legislação extravagante, considero útil transcrever os trechos do Decreto no 10.936/08 que interessam no presente caso:*

*“DECRETO No 10.936, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2008 (Publicado no Diário Oficial de 28/02/2008)*

*Dispõe sobre o tratamento tributário nas operações com álcool etílico hidratado e anidro combustível e dá outras providências.*

*.....*  
*Art. 3o Para fazer jus ao lançamento dos créditos fiscais previstos nos arts. 1o e 2o, o contribuinte deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições:*

*.....*  
*V - Revogado;*

*[Nota: O inciso V do caput do art. 3o foi revogado pelo Decreto no 14.254, de 28/12/12, DOE de 29 e 30/12/12, efeitos a partir de 01/01/13.*

*Sua redação era esta, efeitos até 31/12/12:*

*“V - estorno dos créditos previstos neste Decreto não absorvidos até o final do exercício subsequente ao da sua escrituração;”]*

*.....*  
*§ 4o Os contribuintes beneficiados nos termos deste Decreto ficam autorizados a manter os créditos fiscais escriturados no período de vigência da regra de estorno prevista no inciso V deste artigo, sendo que somente*

*poderão ser utilizados pelo próprio contribuinte ou transferidos a terceiros para pagamento de débitos tributários lançados mediante auto de infração.*

*[Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 3º pelo Decreto no 14.550, de 19/06/13, DOE de 20/06/13, efeitos a partir de 20/06/13.]*

*Ao prestar a informação, o autuante diz considerar incompreensível a alegação do autuado sobre a interpretação sistemática da legislação. Ocorre que é assim mesmo que se interpreta a legislação. O intérprete não pode se limitar a ler um artigo, ou um inciso, ou um parágrafo do ato normativo considerado – a norma aplicável deve ser buscada no sistema jurídico como um todo, e neste caso a norma a ser aplicada deflui dos dispositivos do mesmo decreto, em face de alterações sofridas em seu texto.*

*Note-se que, mesmo tendo a defesa apontado a regra do § 4º do art. 3º do Decreto no 10.936/08, acrescentada pelo Decreto no 14.550/13, o fiscal concluiu a informação requerendo que o Auto de Infração seja julgado “procedente”, porque o crédito teria sido escriturado de forma intempestiva, pois foi lançado em junho de 2013, e, conforme determina o art. 315 do Decreto no 13.780/12, a escrituração do crédito fora dos períodos de que cuida o art. 314 depende de autorização do titular da repartição fazendária da circunscrição do contribuinte, não tendo o autuado atendido aos dispositivos legais citados.*

*Não é verdade que o crédito tivesse sido escriturado “intempestivamente”, como afirma a autoridade fiscal. A autorização do resgate do crédito que havia sido estornado foi feita mediante o Decreto no 14.550/13, de 19 de junho de 2013, e, precisamente no mesmo mês de junho de 2013, o contribuinte escriturou o crédito. De que modo esse crédito teria sido escriturado “intempestivamente”, se foi escriturado no mesmo mês em que o decreto autorizou o resgate do crédito?*

*Em suma, o Auto de Infração carece de fundamentos fáticos e jurídicos.*

*O autuado requer à fl. 101 que as notificações oriundas do presente processo sejam remetidas para o endereço já informado, e que nas notificações ou publicações de quaisquer despachos ou decisões que lhe digam respeito constem, necessariamente, os nomes dos seus representantes legais indicados, sob pena de nulidade. Recomenda-se que as intimações sejam feitas na forma requerida, ressaltando-se, contudo, que não implicará nenhum vício se as intimações forem feitas diretamente ao próprio sujeito passivo, atendidas as regras do art. 108 do RPAF.*

*Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração”.*

Em virtude de a desoneração ter ultrapassado o limite preconizado no art. 169, I, “a” do RPAF-BA/1999 (Regulamento do Processo Administrativo Fiscal da Bahia), a 1ª JF recorreu de ofício da própria Decisão, contida no Acórdão nº 0084-01/16.

## VOTO

O procedimento levado a efeito pelo contribuinte, que ensejou a autuação, como bem disse o relator “a quo”, não merece reparo, porquanto em conformidade com o quanto previsto nos Decretos nº 10.936/2008 e 14.254/2012.

O citado Decreto, que dispõe sobre o tratamento tributário nas operações com álcool etílico hidratado e anidro combustível, prevê regime de tributação peculiar, por meio do qual há a outorga dos créditos fixados nos artigos 1º e 2º aos que atenderem às condições do art. 3º, I a V.

O inciso V, na redação vigente em dezembro de 2012, quando ocorreu a glosa na escrita fiscal, efetuada pelo próprio sujeito passivo, determinava o estorno dos créditos não absorvidos até o final do exercício subsequente ao da escrituração.

No caso concreto, em obediência ao inciso acima transcrito, o valor lançado a crédito em 2011 que não foi absorvido até o final do exercício subsequente foi estornado em dezembro de 2012 (R\$ 4.052.156,36).

*O inciso V do caput do art. 3º foi revogado pelo Decreto 14.254, de 28/12/12, DOE de 29 e 30/12/12, efeitos a partir de 01/01/13. Redação original, efeitos até 31/12/12: “V - estorno dos créditos previstos neste Decreto não absorvidos até o final do exercício subsequente ao da sua escrituração; (...)”*

De fato, o inciso V foi revogado pelo Decreto nº 14.254/2012, com efeitos a partir de 01/01/2013, o que levaria à conclusão de que o estorno efetivado em dezembro de 2012 implicaria a perda do crédito estornado.

Todavia, com o acréscimo do § 4º ao art. 3º do Decreto nº 10.936/2008, por intermédio do Decreto nº 14.550/2013, com efeitos a partir de 20/06/2013, legitimou-se a utilização do crédito anteriormente estornado. Dispôs o referido parágrafo sobre a autorização aos beneficiários para manter os créditos fiscais escriturados no período de vigência da regra de estorno prevista no inciso V, e em dezembro de 2012 o inciso V estava em vigor.

*“§ 4o Os contribuintes beneficiados nos termos deste Decreto ficam autorizados a manter os créditos fiscais escriturados no período de vigência da regra de estorno prevista no inciso V deste artigo, sendo que somente poderão ser utilizados pelo próprio contribuinte ou transferidos a terceiros para pagamento de débitos tributários lançados mediante Auto de Infração.”*

Por isso, o lançamento a crédito em junho de 2013 da cifra autuada, de R\$4.052.156,36, não infringiu a legislação.

Mantida a Decisão recorrida.

Em face do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e homologar a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269354.0003/15-7**, lavrado contra **AGRO INDUSTRIAIS VALE DO SÃO FRANCISCO S/A. - AGROVALE**.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de dezembro de 2016.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS